

Fora do crime no 'mundo do crime': Experiências juvenis em meio à guerra em periferias de Maceió e Belo Horizonte

Luana Motta¹

¹Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Rafael Rocha²

²Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Ada Rízia³

³Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Adson Amorim⁴

⁴Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Este artigo analisa experiências juvenis diante de esforços de governança criminal nas periferias de Maceió, em Alagoas, e Belo Horizonte, em Minas Gerais. Partimos de experiências de jovens *não* envolvidos para evidenciar que estar fora do crime não é estar fora do *mundo do crime*, uma vez que suas vidas são atravessadas por regimes morais e de justiça de grupos criminais nos territórios onde vivem e circulam. Argumentamos que a instabilidade das dinâmicas criminais em periferias de Maceió e Belo Horizonte faz da *guerra* uma forma de relação central que atravessa relações de parentesco, amorosas, de vizinhança, amizade de infância, torcidas organizadas.

Palavras-chave: governança criminal, juventude, guerra, Maceió, Belo Horizonte

Outside of Crime but Inside the 'World of Crime': Youth Experiences in the Midst of the War in the Peripheries of Maceió and Belo Horizonte

analyzes youth experiences in the face of criminal governance efforts in the peripheries of Alagoas state capital Maceió and Minas Gerais state capital Belo Horizonte. We consider the experiences of young people who are not involved in crime to demonstrate that being "outside of crime" is not the same as being outside the "world of crime," in view of the fact that the trajectories of their lives are affected by criminal moral and legal regimes in the territories where they live and through which they pass. We argue that the instable criminal dynamics in the peripheries of Maceió and Belo Horizonte transform gang war into a form of central relationship that intersects with kinship, love, neighborhood, childhood friendship and *torcida* relationships.

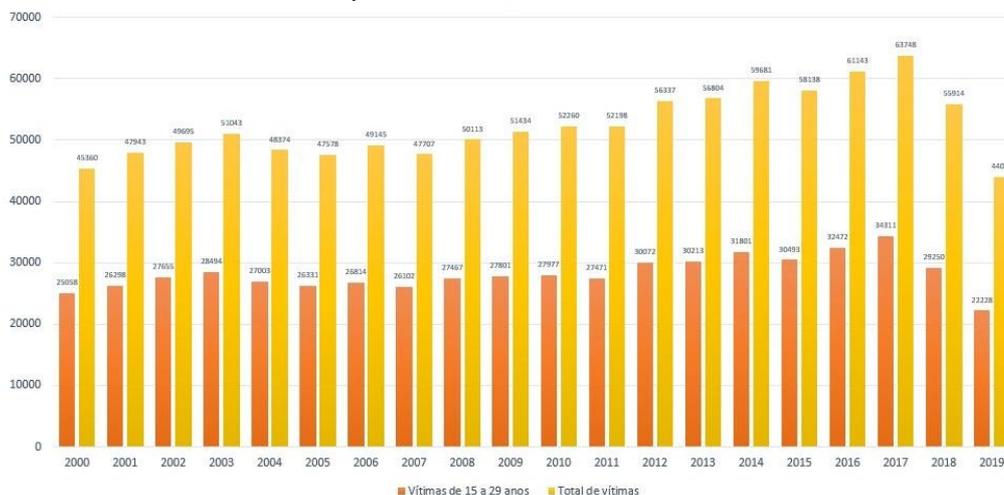
Keywords: criminal governance, youth, war, Maceió, Belo Horizonte

Introdução

No Brasil, a juventude tornou-se central na representação corrente do conflito urbano e do problema da violência (MOTTA, 2021). É comum encontrar em falas de operadores de políticas públicas e em documentos oficiais expressões afirmando a importância de se "disputar os jovens vulneráveis com o tráfico" e "resgatar os jovens de comunidades do crime". Nesse cenário, a tônica do debate público em torno da violência apresenta os jovens de periferias como mais suscetíveis a se engajarem em atividades e grupos criminais e, mais que isso, legitimamente sujeitos à ação violenta e criminal de setores do Estado. Dados estatísticos sobre homicídios e encarceramento no Brasil evidenciam os efeitos dessa lógica. Em todos os anos da série histórica de 2000 a 2019 mais

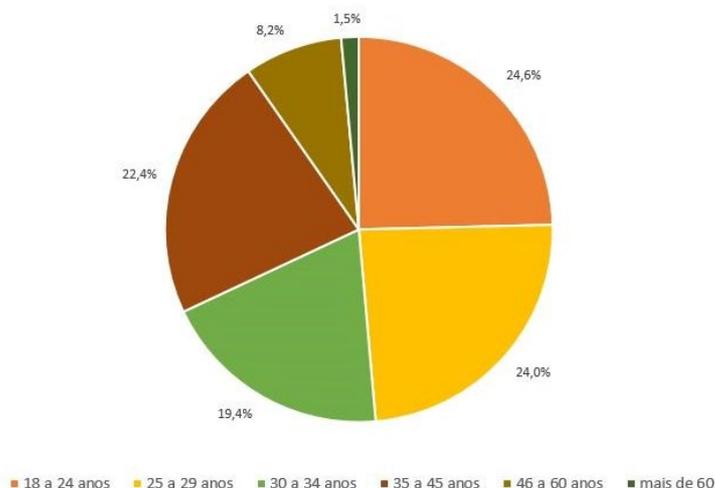
da metade das vítimas de homicídios eram jovens entre 15 e 29 anos. No que tange ao encarceramento, em 2020 quase metade dos presos (48,6%) tinham idade entre 18 e 29 anos.

Gráfico 1: Número de homicídios entre jovens no Brasil, 2000–2019



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Gráfico 2: Distribuição da população prisional brasileira de acordo com a faixa etária, 2020



Fonte: Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen).

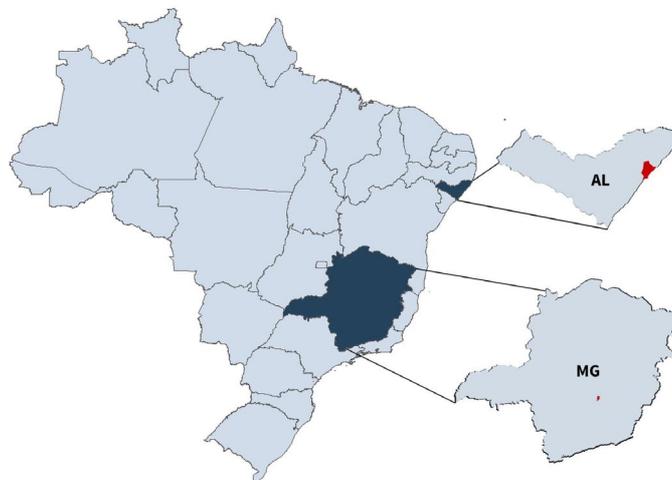
A questão ganha maior complexidade se considerarmos a expansão do *mundo do crime* (FELTRAN, 2020) desde os anos 1990, marcada pela emergência das facções criminais como atores coletivos capazes de produzir “governo”, tanto nas dimensões territorial e ético-normativa como na operação de mercados (LESSING, 2020; FELTRAN, 2018, 2020; MANSO e DIAS, 2018; PAIVA, 2019; RODRIGUES, 2020a, 2020b; BIONDI, 2014). Entretanto, mesmo em meio à heterogeneidade dos modos como a governança criminal se efetiva — a depender dos grupos a serem regulados, de suas configurações e do contexto em que se inserem (LESSING, 2008, 2020; FELTRAN, 2011) —, é notável que jovens de periferias urbanas têm suas vidas cotidianas

atravessadas pela governança criminal de modo particular e intenso (COZZI, 2018; MALVASI, 2012; RODRIGUES, 2020a; CIPRIANI, 2020; JONES e RODGERS, 2009).

Reconhecemos que as experiências juvenis periféricas não se reduzem às dinâmicas e moralidades do *mundo do crime*, sendo constituídas e atravessadas por dinâmicas ligadas a mobilizações políticas (GROPPO e SILVEIRA, 2020; PLAZA SCHAEFER, 2018) e culturais (ABRAMO, 1994; DIÓGENES, 2013; ADERALDO, 2017), experiências escolares (DAYRELL, 2007; KHOMYAKOV, DWYER e WELLER, 2020; SPOSITO, 2008) e do mundo do trabalho (CORROCHANO, ABRAMO e ABRAMO, 2018; GUIMARÃES, 2005; LIMA e PIRES, 2020), inserções em projetos sociais (MEDAN, 2014; MOTTA, 2019; SOUZA, 2009), entre outras. Neste artigo, nosso recorte são as experiências juvenis nas margens urbanas diante das dinâmicas e governanças criminais, uma vez que na contemporaneidade essas experiências têm se mostrado analiticamente profícuas para compreendermos as nuances dos modos como a governança criminal é exercida e experienciada em diferentes contextos.

Nosso ponto de partida são estudos etnográficos realizados entre 2013 e 2019 com jovens das periferias de Maceió, em Alagoas, e Belo Horizonte, em Minas Gerais. Ainda que seja difícil precisar as fronteiras entre os que estão *fora* e os que estão *dentro* do crime (WHYTE, 2012; LYRA, 2020; GALDEANO e ALMEIDA, 2018), nos concentramos nos jovens *não envolvidos*, ou seja, aqueles que não integram grupos criminais nem estão engajados em atividades criminais. Ao descrevermos as situações, escolhas e cálculos cotidianos que esses jovens precisam fazer, mostramos que estar *fora do crime* não significa estar fora do *mundo do crime* (FELTRAN, 2011), uma vez que suas vidas cotidianas são atravessadas pelos regimes morais e de justiça de grupos criminais nos territórios onde vivem e circulam.

Mapa 1: Mapa do Brasil e dos estados de Alagoas e Minas Gerais, com destaque para as capitais Maceió e Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria.

Em Maceió, a década de 2010 é um marco importante para se compreender as dinâmicas criminais e os modos de governança sobre a juventude. Nesse período há uma estruturação das redes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), territorializando a operação de mercados de drogas e a disseminação de códigos de conduta em periferias da cidade. Jovens *envolvidos no crime* passam então a se reconhecer como *faccionados*. A regulação da vida de jovens *não envolvidos*, no entanto, torna-se mais evidente e radical a partir de 2016, quando do rompimento no plano nacional entre CV e PCC, inaugurando um período de *guerra nas quebradas*¹ e favelas maceioenses, em que a gramática do conflito e das facções passa a compor o cotidiano dos moradores de periferias (RODRIGUES, 2020a; RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020). São recorrentes os relatos de jovens *não envolvidos*, residentes em territórios identificados como pertencentes ao PCC ou CV, que romperam relações com amigos ou familiares vinculados à facção rival. A intensidade e a duração desse processo têm chegado ao paroxismo, forçando migrações de famílias e/ou jovens dos bairros onde viviam.

Em Belo Horizonte, por sua vez, as dinâmicas criminais em favelas e bairros de periferia não estão vinculadas a facções, mas são marcadas pela coexistência de pequenos grupos armados de jovens, que muitas vezes se denominam *gangues* (ZILLI, 2011). Esses grupos, fortemente territorializados em áreas específicas, mantêm entre si dinâmicas de rivalidade violenta, as chamadas *guerras*: longos conflitos que geralmente se descolam da causa inicial e desencadeiam sequências de homicídios retaliatórios, em que a vingança de um assassinato justifica uma nova agressão e assim sucessivamente (BERALDO, 2021; ZILLI e BEATO FILHO, 2015; ROCHA, 2015; ROCHA e RODRIGUES, 2020a). Em momentos em que a *guerra estoura* e as mortes se tornam mais frequentes, todos os moradores são afetados de alguma forma, mas principalmente a juventude desses bairros tem suas possibilidades de circulação e vinculação observadas e limitadas (CRUZ, 2010; ROCHA, 2017). Nesses períodos, o simples fato de ser parente ou ter um relacionamento afetivo com alguém envolvido na *guerra* pode inserir um jovem no rol de possíveis alvos para os rivais.

Maceió e Belo Horizonte apresentam configurações criminais bastante específicas. Na primeira, há uma disputa por hegemonia de facções criminais de âmbito nacional; na segunda, por sua vez, há uma forte fragmentação de redes e articulações locais muito limitadas. Entretanto, em ambos os casos podemos observar dinâmicas instáveis, em que arranjos são desfeitos e refeitos em curtos intervalos de tempo. Não por acaso a categoria *guerra* emerge de modo recorrente e central nas falas de nossos interlocutores, seja quando falam dos momentos pontuais em que é deflagrada uma série de ataques e assassinatos retaliatórios entre gangues (como em Belo Horizonte), seja quando se referem à ruptura entre as duas maiores facções em

Maceió, o que produziu uma lógica de oposição e rivalidade radicais entre sujeitos e territórios associados às facções CV e PCC.

Em Maceió, jovens relatam terem rompido relações ou passado a evitar encontros pessoais com familiares e amigos. Caso contrário, teriam que tomar uma “atitude drástica”, em seus termos, de “ter de matar” qualquer um que seja rival, mesmo um amigo de infância ou um primo. Em outros casos as relações de amizade foram interrompidas devido ao alto risco de circular por territórios inimigos da cidade. Algo semelhante ocorre nas periferias de Belo Horizonte, onde são comuns os relatos acerca da impossibilidade de os jovens de um território, sejam eles integrantes da gangue local ou não, frequentarem ou mesmo cruzarem as ruas e os becos de gangues inimigas, sob o risco de se tornarem alvos como forma indireta de ataque aos rivais.

Por outro lado, as dinâmicas engendradas pela *guerra* não são apenas de ruptura, afastamento e interdição, mas também produzem vínculos e pertencimentos. No caso maceioense, o rompimento entre PCC e CV teve como efeito uma aproximação de sujeitos de territórios com histórico de rivalidade, mas que passaram a se identificar com a mesma facção. Ainda que essas aproximações sejam em alguma medida forçadas, a reconfiguração imposta pela *guerra* permitiu a circulação por territórios antes interditos e a reaproximação com amigos e familiares vinculados ou identificados com a mesma facção. Em Belo Horizonte também é evidente como as dinâmicas de rivalidade entre gangues e, sobretudo, os momentos em que a *guerra estoura* funcionam como maneira de fortalecer os vínculos entre membros do mesmo grupo. Ou seja, as *guerras* perpassam e modulam as possibilidades não apenas de circulação, mas de vínculos afetivos e familiares e de acesso a serviços e equipamentos públicos. Por isso ela é tomada neste texto como categoria analítica central.

É importante mencionar a centralidade e a importância da noção de *guerra* no debate brasileiro acerca do conflito urbano (LEITE, 2000; MACHADO DA SILVA, 2008; MENEZES, 2015; GRILLO, 2019). Leite (2000) discute como a metáfora da guerra se consolidou ao longo dos anos 1990 como chave interpretativa calcada no pressuposto de que grupos armados estariam ameaçando o monopólio da violência estatal e de que seria necessária uma resposta estatal contundente e violenta para o problema da “violência urbana”. Grillo (2019) atualiza essa reflexão diante do aprofundamento e radicalização do conflito urbano. A autora indaga “se a metáfora da guerra já não estaria se tornando uma representação substitutiva à da ‘violência urbana’”, constituindo-se como “um novo mapa cognitivo, que fornece novos modelos de conduta subjetivamente justificados” (*Ibid.*, p. 64).

Estamos em estreito diálogo com esse debate, cujo objeto são as representações e a constituição de condutas diante da radicalização do conflito urbano nas últimas décadas. Porém,

ainda que reconheçamos que a *guerra* ou as *guerras* entre gangues e facções tenham relações com as forças e políticas de segurança, como apontam Leite (2000) e Grillo (2019), ao mobilizarmos a *guerra* como categoria temos um foco distinto. Partimos dos distintos sentidos atribuídos à *guerra* por nossos interlocutores, jovens moradores de periferias de Maceió e Belo Horizonte, quando se referem às dinâmicas criminais. E, desse ponto de partida, ao olharmos para as experiências juvenis periféricas diante do *mundo do crime*, a *guerra* nos interessa quando entendida como uma forma de sociabilidade (ROCHA, 2020). Nesse sentido, ela é uma categoria que ilumina elementos morais das disputas que justificam a manutenção de ciclos de retaliações violentas (*Ibid.*).

Dessa perspectiva, a *guerra* é uma chave analítica preciosa exatamente por nos permitir identificar e compreender não apenas as semelhanças, mas também as especificidades de cada um dos contextos. Se a instabilidade é traço comum das dinâmicas criminais e, conseqüentemente, dos modos como a governança criminal se exerce sobre os jovens de Belo Horizonte e Maceió, são específicos os modos como ela foi e é construída em cada caso, como é vivida em cada contexto, quais os atores envolvidos e o que está em disputa nesses conflitos. No caso de Maceió, uma mesma *guerra* entre grupos perpassa os diversos territórios da cidade, ainda que as relações de força entre eles possam se configurar de maneira distinta em cada localidade. Diferentemente, em Belo Horizonte seria mais preciso falar de *guerras*, no plural, na medida em que são centenas de guerras entre múltiplos grupos em territórios específicos.

Este texto se desenvolve explorando as linearidades e particularidades das implicações da *guerra* nas duas capitais a partir de dois eixos. Primeiramente, descrevemos como as configurações do *mundo do crime* nas duas capitais estão diretamente relacionadas aos modos como governanças criminais atravessam a vida de jovens *não envolvidos* em dinâmicas criminais. Em seguida, analisamos como essa governança produz um contexto em que os jovens estão em permanente reflexividade e cálculo sobre suas condutas cotidianas (deslocamento territoriais, formas de lazer, relações), tendo de refazer e combinar constantemente diferentes vínculos, como os familiares e amorosos, com torcidas organizadas e o crime.

Incerteza cotidiana: aproximações e especificidades de Maceió e Belo Horizonte

Uma série de trabalhos têm se dedicado a compreender como viver em periferias urbanas brasileiras é uma experiência atravessada pela imprevisibilidade. Hirata (2018) chamou de “sobreviver na adversidade” o esforço cotidiano de sujeitos que vivem nas e das margens urbanas. Cavalcanti (2008) discute como o tiroteio, ou a sua constante iminência em favelas cariocas, impõe uma rotina de cuidados e preocupações para quem está fora de casa (como e

quando deslocar-se). Em direção semelhante, Motta (2020) discute como os períodos de intensificação de conflitos armados em uma favela carioca exigem uma rotinização do cálculo de medidas práticas para diminuir riscos e a construção de mecanismos subjetivos para lidar com o sofrimento, o medo e a dor. Menezes (2015), por sua vez, problematiza a implementação das UPPs no Rio de Janeiro, argumentando que ela implicou, para os moradores de favelas, o deslocamento da dinâmica do fogo cruzado para a do campo minado, passando a exigir cálculos e escolhas específicas. Ainda no contexto do Rio de Janeiro, os trabalhos de Vianna (2015) e Vianna e Farias (2011) mostram como a violência estatal letal recorrente em favelas cariocas é elaborada como luta política pelas mães que perderam seus filhos em decorrência da violência policial. Por caminhos distintos, Pierobon (2018), inspirada nos trabalhos de Das (1999), nos mostra como o gênero é determinante para compreendermos a distribuição desigual das responsabilidades e sofrimentos entre os membros de uma família em contexto de violência (estatal e criminal) e falta de acesso a serviços públicos. Beraldo (2020), analisando uma grande favela de Belo Horizonte, problematiza a rotinização e incorporação de uma complexa trama de regimes normativos entre os quais os sujeitos devem navegar.

Os modos de organização do *mundo do crime* em Maceió e em Belo Horizonte são exemplares dessa dinâmica em que a rotina é imprevisível e atravessada pela incerteza. Entretanto, se entendemos a *guerra* não apenas como expressão máxima dessa instabilidade constante, mas também como forma de relação (ROCHA, 2015), é imprescindível olhar para os conteúdos específicos em cada caso.

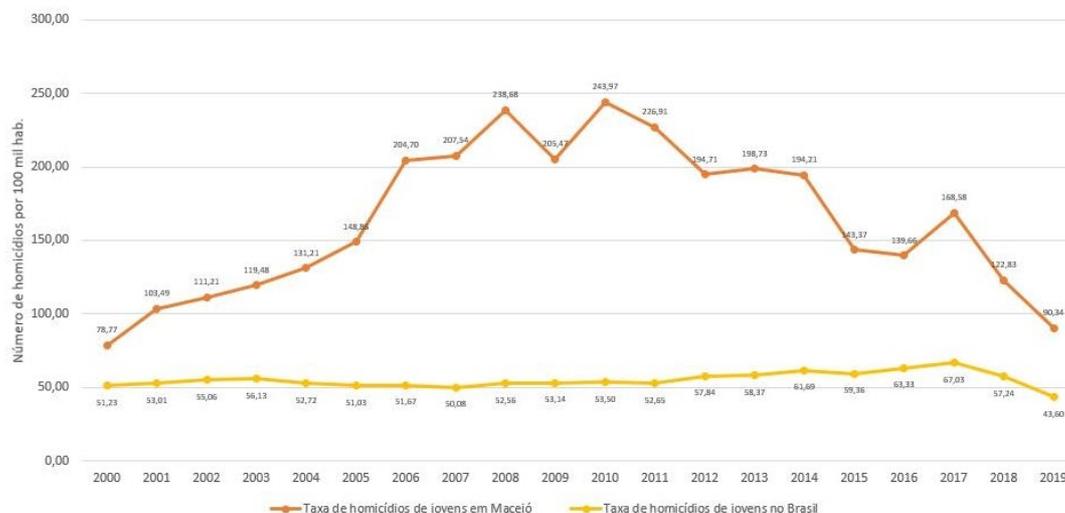
Em Maceió e no estado de Alagoas, aproximações entre os mercados criminais locais e as redes faccionais oriundas do Sudeste do Brasil podiam ser observadas desde a virada dos anos 1990 para os 2000. A posição histórica do sertão alagoano como um polo produtor de maconha, o trânsito de lideranças prisionais ligadas a facções por presídios do estado e as estratégias de transferências de presos alagoanos para presídios federais favoreceram a chegada do CV e, posteriormente, do PCC no estado. Assim, nos anos 2000 já era possível perceber lideranças de facções de outros estados ganhando prestígio e se tornando parceiros comerciais de lideranças criminais em Alagoas, mesmo que nesse momento ainda prevalecesse uma forte fragmentação e dinâmicas de rivalidades violentas entre bairros e ruas (CARVALHO, 2021; RODRIGUES, 2020b).

É no início dos anos 2010 que a atuação das facções se consolida para além de parcerias comerciais já existentes. Nesse mesmo período, assistimos ao recrudescimento das políticas nacional e estadual de segurança pública, culminando no aumento do encarceramento de jovens e adolescentes em Alagoas. Cadeias e unidades de internação passaram a ser mais um espaço de aproximação de jovens com o *proceder*² das facções em expansão. Ao mesmo tempo, estava em

curso uma política estatal de extermínio de antigas lideranças do *crime* não vinculadas às facções (CARVALHO, 2021; RODRIGUES, 2020a). Ou seja, políticas estatais foram também cruciais para a faccionalização do *mundo do crime* em Alagoas, na medida em que ajudaram a gestar um cenário de possibilidades para que novas lideranças buscassem *crescer no crime* a partir de alianças faccionais. Essas mesmas políticas contribuíram para a expansão de *procederes* faccionais de regulação de conflitos violentos no *mundo do crime*, o que também pode ter influenciado a redução de homicídios, que era amplamente divulgada e celebrada entre 2014 e 2015 como sucesso das políticas estatais (ver Gráfico 3) (RODRIGUES, 2020a).

Isso porque, a princípio, novas maneiras de regulação de *procederes* nas *quebradas* se instituíram sob a bandeira faccional. Até certo ponto, a presença das facções contribuiu para o declínio da letalidade nos conflitos entre bairros ou ruas com longos históricos de rivalidades, tanto em disputas pelo controle de bocas de fumo como em cadeias de vingança. Nesse momento não haviam se constituído rivalidades, disputas ou conflitos entre indivíduos e territórios identificados com o CV ou o PCC. Paulatinamente, as políticas e os mercados criminais, que até então funcionavam de maneira descentralizada em cada território de Maceió, reguladas por *patrões* locais, passaram a responder ao regime de governo faccional (LIMA, 2016; RODRIGUES, 2020a, 2020b). No entanto, essa relativa estabilização da letalidade logo viria a tomar feições tensas, especificamente a partir de 2016, com o rompimento nacional da “aliança” CV-PCC. Instalou-se, então, uma brusca e intensa rivalidade entre pessoas vinculadas aos dois grupos faccionais atuantes em Alagoas, o que viria a ficar conhecido como a *guerra entre facções* (BARROS *et al.*, 2018; RODRIGUES, 2020a; SIQUEIRA e PAIVA, 2019). Nessa configuração, mais uma vez observamos uma explosão das taxas de homicídios entre jovens³, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3: Taxa de homicídio por 100 mil entre jovens em Maceió e no Brasil, 2000–2019



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Com a afeição aos símbolos e *procederes* faccionais em curso e a instalação da *guerra*, espaços da cidade nos quais uma ou outra facção eram referência de atuação criminal passaram a ser entendidos como territórios do CV ou do PCC. Por ser uma configuração distante de uma hegemonia faccional aos moldes paulistas (FELTRAN, 2018) ou de uma territorialização bem demarcada militarmente aos moldes cariocas (GRILLO, 2013), transitar por um ou outro espaço da cidade se tornava um dilema com o qual muitos jovens, envolvidos ou não com dinâmicas do *mundo do crime*, tiveram que lidar. Um exemplo emblemático é o assassinato a pedradas de um jovem MC que comprava maconha em uma *quebrada* reconhecida como território de uma facção, mas que fez gestos em fotos nas redes sociais que supostamente aludiam ao grupo rival. Postagens em redes sociais de jovens fazendo gestos alusivos a um ou outro grupo criminal, por sinal, se tornaram fonte de uma série de retaliações como a mencionada, entre garotos e garotas, *envolvidos* ou não com atividades criminais.

Assim, as lealdades a um ou outro grupo logo passaram a ser construídas a partir de uma “crescente polarização entre sentimentos de defesa e afeição aos símbolos PCC e CV”, (RODRIGUES, 2020a, p. 1). De 2016 em diante, os jovens *envolvidos* nas dinâmicas criminais se viram pressionados a assumir um lado na *guerra*. Se pertencer a uma *facção* ou mesmo ser *considerado* já vinha ganhando significativa importância em termos de reconhecimento, tornou-se, também, um fator de sobrevivência (CARVALHO, 2021).

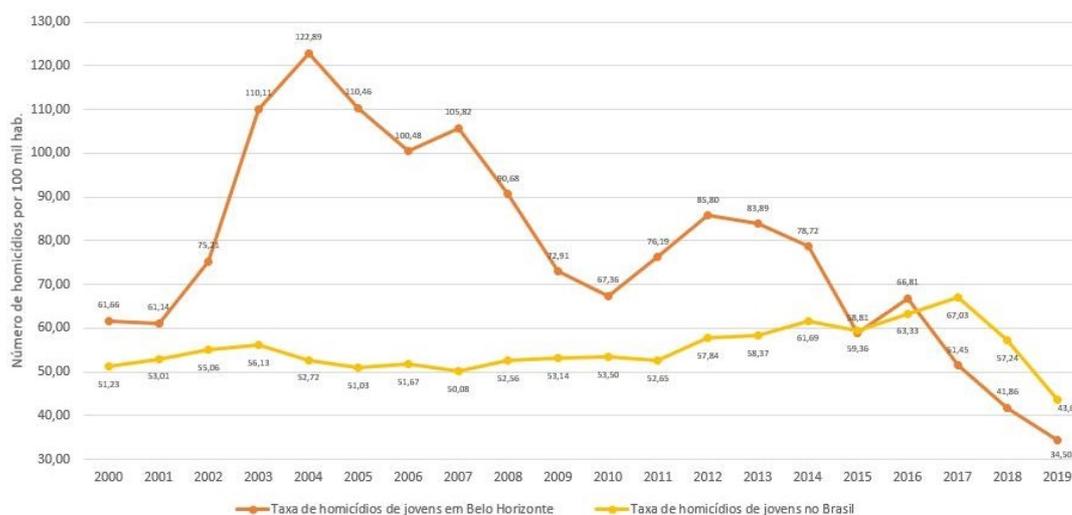
Alguns relatos de nossos interlocutores, jovens encarcerados no sistema socioeducativo alagoano, são bastante elucidativos desse processo e mostram a diversidade de formas e razões para a vinculação a uma ou outra facção. Com o “estopim” da *guerra*, uma vez que uma *quebrada* passou a ser identificada com uma facção, tornou-se quase um imperativo para os mais jovens já *envolvidos* e em circunstâncias mais vulneráveis acompanhar a posição assumida pelos demais — ou, como diz o adolescente a seguir, “minha quebrada virou PCC, eu vou correr com o PCC”, afinal, as outras alternativas eram mudar-se ou sofrer retaliações:

- Lá fora, como foi que vocês começaram a se envolver? (Entrevistador/a)
- Como eu disse na outra vez, [se] aqui virou PCC eu vou. Minha quebrada virou PCC, [então] eu vou correr com o PCC, né. A outra quebrada virou CV, eu corri com o CV, e ali eu me envolvi. (João)
- Então você acha, assim, [que] não teve outra opção? (Entrevistador/a)
- Teve não. (João)
- Teve que virar PCC. (Entrevistador/a)
- Foi. Eu creio [que] ali, essas quebrada ali de nós, se a minha virasse ali essa facção, a outra facção, cada um ia correr com a facção que a quebrada virou. A minha virou PCC, a dele virou PCC, todos aqui virou PCC... E hoje nós tá aqui. (João)
- Então, no caso, não é que vocês escolheram ser do PCC. Foi: “a minha quebrada virou, já tavam envolvido com o crime, e eu vou ter que correr agora com o PCC”? (Entrevistador/a)
- Da minha parte foi. (...) Da minha parte ali foi porque a quebrada virou. (João) (Roda de conversa, UM01, 03/2020)

A fala do adolescente revela, por um lado, o modelamento de ideias e práticas e, por outro, a ansiedade de jovens por assumir posição diante de uma novidade prestigiosa, que traz a promessa de “se firmar” no *crime*, gozando de reconhecimento, dinheiro e até proteção. Em outros termos, não há estabilidade, mas uma tensa disputa pela imposição de um *proceder*, seja do PCC ou do CV. Isso porque, apesar de haver pressões por padronização no plano nacional, em Alagoas não há referências estáveis para a consolidação de uma ordem, de modo que antigas tradições de fidelidade criminais ainda impulsionam a estruturação não apenas do *crime*, mas também de uma *cultura de rua*, que passou a se remodelar sob novos atravessamentos afetivos e normativos (CARVALHO, 2021; LIMA, 2016; RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020; RODRIGUES, 2020a).

A dinâmica de adesões, rupturas e configurações a partir da emergência ou expansão de amplos coletivos criminais de alcance nacional, como ocorreu em Maceió, não se repetiu em Belo Horizonte. Ainda assim, a capital mineira não fugiu do expressivo aumento da letalidade juvenil no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010. A cidade passou de uma taxa de 17,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1996 para o registro de 64,7 homicídios por 100 mil em 2004, um crescimento de mais de três vezes em menos de dez anos. Esse aumento se concentrou de forma intensa entre os jovens: ainda em 2004, a cidade registrou uma taxa de 122,8 homicídios por 100 mil entre jovens com idade entre 15 e 29 anos, mais que o dobro da já elevada taxa de homicídios geral registrada naquele ano. Mesmo com o processo de redução dos homicídios⁴ após esse pico de assassinatos registrados no início dos anos 2000, o perfil da maior parte das vítimas das mortes violentas se manteve basicamente o mesmo: jovens, homens pretos ou pardos e moradores de favelas e bairros periféricos da capital mineira.

Gráfico 4: Taxa de homicídios por 100 mil entre jovens em Belo Horizonte e no Brasil, 2000–2019



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

É importante apontar que pelo menos desde a década de 1990 esses assassinatos se concentram intensamente em cerca de 20 entre as mais de 200 vilas, favelas e conjuntos habitacionais de Belo Horizonte (BEATO FILHO *et al.*, 2001; SILVEIRA *et al.*, 2010). São bairros marcados pela coexistência de múltiplos grupos de jovens armados, engajados em intrincadas redes locais de rivalidades, alianças e retaliações violentas, as *guerras*. Essa pulverização de inúmeros pequenos grupos, que muitas vezes se denominam *gangues* ou *bondes*, em um mesmo bairro gera um efeito de multiplicação de rivalidades e confrontos armados, que são apontados como um dos principais fatores para a ocorrência de homicídios, sobretudo entre jovens, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Ainda que atores da segurança pública e alguns pesquisadores (BEATO FILHO *et al.*, 2001; SAPORI e SILVA, 2010; SAPORI, 2020) apontem o tráfico de drogas como motivação central das *guerras* entre grupos juvenis armados nas periferias de Belo Horizonte, uma série de pesquisas desenvolvidas na última década ressaltam o caráter moral dessas relações de rivalidades violentas (ZILLI, 2011; ROCHA, 2015, 2017; BERALDO, 2020). O comércio de drogas ilegais potencializa o ciclo das agressões ao facilitar a aquisição de armas de fogo e das motos frequentemente utilizadas nas emboscadas.

Imagem 1: Homenagem a um jovem morto em 2015 nesse mesmo beco, no Morro do Papagaio, Belo Horizonte



Fonte: Arquivo pessoal de Rafael Rocha.

Mas mesmo quando uma *guerra* tem como episódio fundador uma desavença devido ao tráfico de drogas ou a um roubo, a partir do momento em que um dos envolvidos é vítima de uma agressão é esperado que seus parceiros se unam para retaliar, que eles *corram atrás* e revidem a violência sofrida. Ou seja, mesmo quando uma prática comercial é pivô de um desacerto entre gangues rivais, rapidamente a escalada de agressões assume uma dinâmica própria de ataques e vinganças, que se descola da causa inicial e ganha autonomia como justificativa à medida que as agressões e mortes se acumulam em ambos os lados. Rodrigo, um jovem que nasceu e cresceu em uma favela da Zona Leste de Belo Horizonte, conta que sua adolescência foi marcada por uma *guerra* contra outro grupo da mesma comunidade, iniciada antes mesmo de ele nascer:

— [A rivalidade] começou pelo final dos anos 1980, essa época mesmo. Aí é foda, o cara tipo já começa [dizendo] “eu sou do Cruzeiroinho”, o outro já começa [dizendo] “eu sou do Sapo”, e cresce com aquilo ali desde moleque. Teve uma época que aqui embaixo tava em guerra com o final [do Cruzeiroinho] e na verdade eu mesmo não tinha nada a ver com essa treta, mas só porque eu era daqui, onde for que eu trombava com os caras já dava um choque. (...) Aqui no Buraco do Sapo era bem temido, sabe, era mais perigoso, porque aqui o índice de homicídio era demais. Eu mesmo perdi amigo demais. Olha, para você ver, eu tenho 24 anos [em 2016]. A maioria dos meus amigos que [se] envolveu, a maioria morreu ou tá preso com muita cadeia, tipo 25 anos de cadeia, entendeu? E na verdade se envolveu com coisa que nem a gente sabia direito o porquê. Tá ali guerreando mas nem sabia o fundamento da guerra direito. Entrava, tipo, naquela [de pensar] “eu sou daqui, eu tenho que correr atrás, não posso deixar os caras de lá zoar aqui”. E é isso aí, na hora que vê, já tá todo fodido...

Falas como a de Rodrigo, que relatam a adesão ao grupo de sua região e a entrada na *guerra* quase como um processo marcado pela inércia, são frequentes entre os jovens envolvidos com as *gangues* nas periferias de Belo Horizonte. Não há relatos de “batismo” ou qualquer tipo de ritual que marque o momento exato de adesão desses jovens a esses grupos armados locais. Pelo contrário, muitos deles contam que jogavam bola, “trocavam ideia”, faziam festas e churrascos com outros jovens moradores da rua ou da região até que, geralmente no início da adolescência, por passarem longos períodos com os outros integrantes em esquinas e becos, começaram a ser identificados, tanto pela polícia como por grupos rivais, com a *gangue* da região onde moravam. O processo gradual de maior identificação do jovem com a *gangue* aciona uma maior vigilância por parte da polícia e dos inimigos, que passam a considerá-lo não mais como um rival potencial, mas um participante efetivo da *guerra* (ROCHA, 2015).

E, de maneira distinta das periferias de Maceió, as *guerras* entre inúmeros pequenos grupos de jovens armados nas favelas e *quebradas* de Belo Horizonte não passaram por grandes reconfigurações desde a década de 1990. O surgimento e a expansão de facções criminais, especialmente o PCC e o CV em estados vizinhos, de forma geral tiveram efeito limitado em Minas Gerais, com atuação concentrada nos municípios das regiões sul do estado, do Triângulo Mineiro e do Alto do Paranaíba, que fazem divisa com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (RIBEIRO *et*

al., 2019; DUARTE e ARAÚJO, 2020). A capital mineira não apresenta indícios de presença ou atuação consistente das facções dos estados vizinhos, assim como não foi berço do surgimento de grandes coletivos criminais, como ocorreu, por exemplo, em Manaus, Fortaleza e Porto Alegre⁵.

Vínculos, rompimentos e cálculos cotidianos em meio à guerra

Em Maceió, os rompimentos, as construções e reconstruções de vínculos a partir da *guerra de facções* têm feito parte do cotidiano de jovens para além do *mundo do crime*. Exemplo disso são as dinâmicas entre as torcidas organizadas da cidade. Desde a década de 1990, elas são uma importante referência coletiva na sociabilidade de jovens de periferias urbanas, seja nas atividades ligadas aos jogos de futebol, na realização de ações sociais nas *quebradas* ou na construção de reputação por meio da imposição de força física em duelos conhecidos como *pista*⁶. Nos anos 2000, confrontos entre jovens integrantes das duas principais torcidas da cidade, a Mancha Azul e a Comando Vermelho⁷, eram notícias constantes nas páginas e telas de jornais da região. Nos anos seguintes, com a intensificação de conflitos dentro e fora dos estádios e atentados e assassinatos ligados à rivalidade, as agremiações passaram a ser consideradas um problema público. Ocorreram uma dezena de operações policiais nas sedes dos coletivos, que, além de serem descritos como organizações criminosas, passaram a ser acusados de traficar drogas em algumas regiões da cidade.

Na segunda metade dos anos 2010, no entanto, esse cenário passou por algumas modificações, com a atenuação das rivalidades entre as duas torcidas organizadas. Isso porque, aos poucos, outros sentidos de identificação grupal começaram a se sobrepor às antigas disputas entre as torcidas. Trata-se do período em que havia convergência e parceria entre as redes do PCC e do CV no plano nacional, refletindo nos contextos regionais. Foi nessa época que a presença dos dois grupos se tornou mais perceptível nas *quebradas* alagoanas. Em 2014, o grupo de rap Família 33, atento à sintonia entre as ruas e as dinâmicas criminais, cantava sobre um novo ideal pautado na paz entre as *quebradas*:

Calma meu xará
 Que eu vou te apresentar
 Saca o gesto com a mão
 É linguagem milenar
 Não precisa nem falar
 Saca os pixo na cidade
 Não queria nem pagar
 Mas essa é a realidade

Sem perder a humildade e nem o proceder
 Não importa se você é Mancha ou se é CV⁸
 Nosso inimigo é outro
 Anda engravatado
 Os capanga do lado
 E tá lá no senado
 E nós morrendo à toa pela guerra do poder
 Dando audiência pros programa merda da TV

O primeiro tá aí
 Em prol dos irmãozinho
 Lutando pela paz e liberdade
 De nós tudinho
 Na rua ou na cadeia o certo é um só
 Seja na ZN, na ZS ou na ZO⁹
 (trecho da música *Freio de viatura*)

Nesse contexto retratado pelo rap os conflitos violentos entre torcidas começaram a ser atravessados e sobrepostos pelos *procederes* das facções, que se tornaram para muitos o principal referencial de justiça e o símbolo pelo qual lutar. Passaram, então, a circular as ideias de *resolver as tretas*¹⁰ *pela paz*, o que, até certo ponto, reverberou na contenção dos conflitos letais, inclusive entre as torcidas.

Com a ruptura entre CV e PCC em 2016, mais uma vez as dinâmicas envolvendo as torcidas organizadas voltaram a ser afetadas. A *guerra de facções* impôs uma pressão para que jovens assumissem um lado no conflito e forçou a identificação de *quebradas* com uma ou outra facção. Os integrantes de torcidas passaram a enfrentar um problema interno: parceiros de uma mesma agremiação, moradores de *quebradas* vinculadas a facções diferentes passaram a se considerar inimigos, defendendo a bandeira de alguma facção ou sendo marcados como moradores de áreas de outro grupo. Há relatos de adolescentes que desciam dos ônibus ao perceberem a entrada de outros adolescentes da mesma torcida, mas residentes de outros bairros associados à facção rival àquela da sua *quebrada*. Também aconteceram conflitos entre torcedores de um mesmo time, mas de *quebradas* rivais, tanto em dias de partidas como em festas de uma mesma torcida, em decorrência das posições assumidas na *guerra*. Por outro lado, passamos a ouvir relatos de moderação dos conflitos entre torcedores rivais moradores de um mesmo bairro, que se viam pressionados a estar lado a lado na *guerra de facções*. Em suma, para muitos a facção — e não mais a *galera* da rua ou do bairro, ou até coletivos maiores, como as torcidas — se tornou a principal referência de grupo e *proceder*.

Tal sobreposição dos *procederes* faccionais sobre as torcidas fez ainda com que incidentes envolvendo integrantes de torcidas passassem a ser associados a acusações mútuas de ligação

com o *mundo do crime*. Assim como em outros estados brasileiros, a expressão “somos torcida, não o crime” passou a fazer parte do repertório normativo que guia tais coletivos, em uma tentativa de distinguir os universos da *cultura de arquibancada* e do *mundo do crime*. De outro lado, pudemos acompanhar em bairros da periferia maceioense que pichações das torcidas marcando presença no território passaram a ser riscadas e sobrepostas com referências a facções. Em um desses casos, em uma terça-feira um muro de um conjunto habitacional com longo histórico no conflito entre torcidas foi pichado com a inscrição “MANCHA”; dois dias depois, na quinta-feira, a pichação amanheceu riscada e logo abaixo se podia ler “TOCV”, sigla referente à Torcida Organizada Comando Vermelho; na sexta-feira apareceu um segundo risco sobre o nome “MANCHA” e um risco sobre a sigla “TOCV”, e ao lado das duas pichações rasuradas estava escrito “PCC 1533”¹¹. Meses depois, o muro não apenas permanece do mesmo jeito, como em vários outros muros do conjunto são as siglas da facção que se destacam. Os muros da cidade nos comunicando mudanças. Um claro indicativo de que não mais as torcidas, mas as facções, são as principais referências de grupo a guiar um *proceder* e muitas práticas e vínculos cotidianos de jovens nas periferias.

Imagem 2: Muro de um conjunto habitacional de Maceió com pichações de torcidas riscadas e sobrepostas por pichação do PCC



Fonte: Arquivo pessoal de Adson Amorim.

Dinâmicas do *mundo do crime* são instáveis como em Belo Horizonte e em Maceió colocam outro desafio — por vezes uma impossibilidade — quando tratamos de vínculos e relações entre os jovens: definir as fronteiras entre os que estão *dentro* e os que estão *fora do crime*. Em primeiro

lugar, é importante destacar que as posições e os tipos de vínculos estabelecidos com a facção ou a gangue podem variar muito, dificultando uma definição precisa sobre a vinculação.

Em Maceió, em certos casos, um jovem pode se perceber como vinculado a uma facção e não ser percebido como tal do ponto de vista de membros da própria facção ou externos a ela. O contrário também pode ser verdadeiro: um jovem pode não se identificar como pertencente a uma facção, mas ser associado a ela por terceiros. Além disso, em outras situações, o *envolvimento* é apenas situacional: o jovem pode não se reconhecer nem ser reconhecido como alguém *de dentro*, mas ser *considerado*¹². Outras vezes, ainda, o *envolvimento* pode ter um caráter compulsório, figurando como a última alternativa para alguém que precisa se proteger de ameaças diversas, de modo que *ser de dentro* implica mobilizar a facção como uma rede de proteção.

Por exemplo, em campo ouvimos o relato de Vitória, que, para se proteger das ameaças de agressão física por parte do padrasto, mobilizou o vínculo do pai, já falecido, com o CV. Ela era uma *considerada* da facção, e por isso pôde acionar uma rede de proteção que evitou sua agressão. Seu padrasto, que também era *envolvido* com *correrias*¹³ *do crime*, foi punido pelos *irmãos do CV*. Vemos, então, como os vínculos de jovens como Vitória com grupos faccionais podem ser circunstanciais e ambíguos (RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020).

No gradiente de possibilidades de *envolvimento* com o *mundo do crime*, a posição de *considerado* é importante para compreender as fronteiras entre aqueles não inseridos em atividades criminais, mas que tomam o *mundo do crime* como referência de um *proceder* no cotidiano. O *considerado* pode ser alguém que eventualmente participa de um *corre* ou dá uma *fita*¹⁴ para os inseridos no crime ou, ainda, pode ser alguém com ligações familiares, amoroso-sexuais ou afetivas com quem está *dentro*. Ainda em Maceió, um interlocutor nos explicou que sua posição de *considerado* pelas lideranças CV ao mesmo tempo lhe impunha limitações e oferecia possibilidades. Por um lado, sofria com certas restrições para circular e trabalhar em determinados espaços da cidade, mas, por outro, gozava de certa tranquilidade para estar em outros espaços, como as discotecas.

De fato, consanguinidade, parentesco, vizinhança, amizades de escola, relacionamentos amorosos e dinâmicas criminais são fundamentais na construção das relações dos jovens nessas periferias (*Ibid.*). Também em Belo Horizonte as relações familiares e de vizinhança têm um papel fundamental no que se refere à proximidade com as gangues. Em muitos casos, o vínculo e a convivência cotidiana com um familiar ou amigo envolvido em uma guerra é suficiente para que outros jovens sejam inseridos nessa dinâmica de conflitos violentos. Pedro, de 15 anos, morador do território de uma das gangues do aglomerado Santa Lúcia, conta que passou a ser agredido inicialmente por causa do envolvimento de seu irmão mais velho e depois por *estar colando*¹⁵ com os demais integrantes da gangue local, que tinha uma *guerra* com jovens de algumas ruas acima:

— E como começou isso de você não poder circular, não poder sair aqui da rua? (Entrevistador/a)

— Começou que meu irmão já era de guerra e os caras começaram a confundir eu com ele. Depois de um tempo, mesmo que eles viam que eu não era ele, eles me pegavam de couro direto, batiam na minha cara, [me] chamavam de safado. Aí eu vou ficar apanhando, só apanhando todo dia? Eu dava um rolê antigamente, ali perto da pracinha; meus amigos moram lá, jogava bola lá de vez em quando, mas agora nem dá mais, subo só pra trocar tiro mesmo... (Pedro)

— E como foi isso? Teve uma hora que você falou “agora eu entrei na guerra” ou quando você foi ver tava envolvido já? (Entrevistador/a)

— Na hora mesmo que eu parei pra pensar já tava complicado, tá ligado? Comecei a fumar um com os cara aqui da rua, aí os caras lá de cima começaram a falar que eu tava colando com eles, aí não tinha como parar né? (Pedro)

— Mas foram os caras de lá que falaram que você tava colando com os meninos aqui da rua ou você que começou a colar? O que veio antes? (Entrevistador/a)

— Tipo, veio junto, mas é diferente... Igual te falei: antes eu colava só pra fumar um, pra zoar, trocar ideia com os cara daqui. Mas aí os caras de lá que falaram que eu era intrujado com o pessoal aqui da rua e que se me pegassem não iam mais dar boi, entendeu? (Pedro)

Entretanto, ainda que esses vínculos familiares e de amizade sejam anteriores e, em muitos casos, independentes das relações estabelecidas por meio dos e nos grupos criminais, são elementos que contribuem para borrar as fronteiras entre os *de dentro* e os *de fora*. Mesmo não estando envolvidos em atividades criminais ou vinculados a uma gangue ou facção, um jovem, por ser primo, vizinho ou ter relacionamento amoroso com alguém vinculado a um grupo, acaba sendo associado a esse grupo e, não raras vezes, considerado membro. O fato é que relações, afetos e compromisso distintos daqueles esperados e exigidos pelas gangues e pelas facções se cruzam e se chocam, atravessando as experiências dos jovens não envolvidos. Nesse emaranhado, os esforços de aproximar-se e distanciar-se de atividades criminais e vincular-se, ainda que sem se envolver em atividade criminais, a certos grupos em detrimento de outros é um cálculo constante com vistas a minimizar riscos e/ou garantir alguma proteção

Em Maceió, por exemplo, tornou-se comum ouvir relatos de garotas que foram *cobradas*, ou seja, punidas (FELTRAN, 2010), acusadas de terem desobedecido algum *proceder*, ainda que não fossem *irmãs*, ou seja, *de dentro*. Normalmente, estavam emaranhadas nessas acusações suas relações afetivas com pessoas de grupos rivais, em diferentes espaços da cidade por onde circulavam¹⁶.

— Geralmente morre. Geralmente, não tô falando de todos os casos, geralmente morre mais essas meninas que é envolvida com os caras que são [envolvidos], que começa a colar numa quebrada, aí, cola em outra, aí, fica com o cara de uma quebrada, fica com cara de outra que tem treta, aí, é considerada. Tem algumas vezes que são [as] considerada que fica passando informação dos cara [de uma quebrada] que ela fica pros caras que ela fica da outra quebrada. Aí, na maioria das vezes que eu presenciei, que eu já vi morte, foi poucas, mas foi por questão disso, famoso leva e traz. (Felipe, Roda de conversa, março de 2020)

Nas periferias de Belo Horizonte, quando a *guerra estoura*, ou seja, quando as dinâmicas de rivalidade violenta se tornam pontualmente mais intensas e as agressões e vinganças passam a ocorrer em ritmo quase que diário, o cotidiano de todos os moradores passa a ser regulado pelas possibilidades de circulação limitadas, observação e controle dos vínculos, assim como pelas trocas de tiros a luz do dia. Wander, radialista e figura central do hip-hop na Zona Leste de Belo Horizonte, conta como, no início dos anos 2000, uma *guerra* entre três gangues do bairro Taquaril marcou o seu cotidiano e de toda uma geração de jovens moradores dali. Ele diz que por ser uma figura conhecida devido as festas e bailes que organizava, se ofereceu para conversar com dois lados do conflito, mas quando “a guerra estourou” ele se viu ameaçado:

— Isso foi bem no começo. Eu fui lá no pessoal do setor 2 e falei: “Resolve essa parada lá e tal, na moral. Se vocês quiserem, a gente vai lá junto e troca ideia com os caras lá, antes que envolva todo mundo nessa briga. Mas aí, não fica parando as mulheres dos caras e parando as crianças não, velho. Porque ninguém tem nada a ver com a briga de vocês não”. E trocamos ideia pela ordem lá, bacana. Continuei circulando aqui tranquilo por um tempo, mas o pau continuou torando. Os caras desciam lá, davam tiro de madrugada. Os caras subiam aqui, davam tiro de madrugada. Aí, nessas, mataram o irmão de um dos caras que era envolvido na parada, mas esse irmão que levou tiro não era envolvido. Boiou no bar de madrugada, os caras foram lá e matou, e o trem começou a fugir de controle. E aí depois foi foda, começaram a matar as mulheres, namorada, parente... Aí fodeu mesmo pra quem era jovem, igual eu na época, amigo dos caras. Sair de casa era foda, ir trabalhar era complicado, eu tinha que ir meio escondido pra rádio, dar a maior volta. Essa rua do lado de cá [aponta a rua na esquina do local da entrevista], você tá ligado, eu fiquei quase três anos sem passar por essa rua. Só passava dentro do ônibus, e mesmo assim chegava ali na esquina [e] às vezes a gente tinha que abaixar para passar e os caras não verem pela janela. (...) Tipo assim, o ônibus, dava 6h da tarde, o ônibus vinha lotado. Quando ele fazia essa curva aqui embaixo, todo mundo olhando para esquina, para ver se não ia ter nenhum problema. É a mesma forma quando o ônibus vinha de lá para cá. Aí ficou aquele negócio: O pessoal do 2¹⁷, lá do lado dele; a outra parte do 2, do lado deles; o 3, do lado deles. Foi uma coisa que não foi motivada pelo tráfico de drogas, foi motivada por desacerto mesmo. Briga por causa de mulher, conversa fiada. E a comunidade pagou um preço muito alto, tipo assim, isso é uma cicatriz na comunidade que nunca vai fechar. Porque as pessoas que morreram, morreram sem ter nada a ver com a parada. E a quebrada ficou muito tempo sem a juventude poder circular, ficar nos bares igual ficava e tal. Rompeu com uma pá de coisas. Tipo, aquela tranquilidade de você ir e vir, ela foi totalmente quebrada. Estar fora daqui era melhor opção que a pessoa tinha naquela época lá. (Wander, radialista e morador da periferia leste de Belo Horizonte)

Em seu relato, Wander demarca um momento em que, apesar de a *guerra* entre os grupos já existir, ele, por ser uma figura conhecida devido às festas e bailes que organizava, se ofereceu para conversar com os dois lados do conflito, na tentativa de propor alguns limites na dinâmica de agressões e retaliações — em suas palavras, “antes que envolva todo mundo nessa briga”. No entanto, com o assassinato do irmão de um jovem envolvido nas rivalidades do bairro, “a guerra estoura” e a dinâmica de agressões e retaliações transborda e passa a atingir pessoas próximas dos atores efetivamente inseridos na *guerra*. A partir desse

momento, não apenas Wander, mas todos os jovens e as jovens do bairro passam a se sentir ameaçados e a modular suas relações e trajetórias na comunidade de forma a evitar serem considerados possíveis alvos no contexto daquele conflito.

Notas finais

Os casos de Maceió e Belo Horizonte apontam para a indissociabilidade entre as histórias e dinâmicas criminais. Colocados lado a lado, esses casos nos ajudam a compreender as formas específicas de governança criminal em cada contexto. Ao mesmo tempo, quando cotejados, os casos chamam atenção para o fato de que configurações muito distintas no que se refere à abrangência e ao tamanho dos grupos criminais podem produzir efeitos semelhantes, como a instabilidade e a incerteza que atravessam constantemente a vida cotidiana dos jovens. Tratamos analiticamente essa instabilidade a partir da categoria de guerra. Com efeito, as *guerras* em Belo Horizonte e a *guerra* em Maceió podem ser pensadas como formas de relação experienciadas pelas juventudes periféricas desses contextos. Embora a *guerra*, à primeira vista, nos leve a olhar apenas para os rompimentos e desagregações dela decorrentes, os casos evidenciam que ela implica também formas de vinculação mais ou menos forçada, identificação grupal e redes de proteção.

Em Maceió, se por um lado a *guerra* produziu rupturas de vínculos afetivos entre amigos e familiares, ou mesmo evacuações de famílias inteiras dos bairros onde há muito haviam se estabelecido, por outro, propiciou uma trégua e até mesmo a criação de vínculos entre grupos com histórico de conflitos. Um termômetro dessas instabilidades que ultrapassam o mundo do crime se expressa de modo muito evidente nas torcidas organizadas da cidade. Temos observado na última década movimentos pendulares de pacificação de conflitos entre torcidas inimigas ou o seu acirramento, a depender da configuração assumida nos conflitos entre facções. Entretanto, mais recentemente um novo elemento complexifica ainda mais o cenário, sinalizando um enfraquecimento da presença das duas facções nacionais, CV e PCC. É a identificação de um número crescente de jovens que se dizem *envolvidos no mundo do crime*, mas que negavam vínculos com facções, apresentando-se como *neutros*, demonstrando um incômodo em assumir um compromisso faccional que lhes parecia por demais radical e os forçava a tomar um lado na *guerra*. As implicações disso são ainda imprevisíveis, mas certamente matizam a configuração da *guerra* nas periferias, que deixa de ser dualista, e acrescenta novas camadas à instabilidade e aos conflitos experienciados no cotidiano.

Imagem 3: Pichação Tudo neutro - Bairro Guaxuma em Maceió



Fonte: Arquivo pessoal de Ada Rízia.

Por sua vez, as *guerras* entre grupos rivais em algumas periferias de Belo Horizonte perduram por anos ou mesmo décadas, ainda que com maior intensidade e violência em determinados momentos, e logo atravessam a juventude desses bairros, suas experiências com o lugar onde vivem, a forma como conseguem ou não nutrir relações, suas trajetórias de vida e subjetividades e como navegam pela infância, até a adolescência e a juventude. O cenário de pulverização e multiplicação das *guerras* em um mesmo território não apenas torna as relações e dinâmicas juvenis potencialmente perigosas, mas produz um alargamento das possibilidades dos discursos sobre o *certo* no crime: cada um dos diversos grupos ou gangues vai mobilizar suas próprias narrativas acerca de sua legitimidade para uma determinada agressão, em um contexto que passa a ser descrito como repleto de *covardias*. Nesse tipo de configuração do *mundo do crime*, ações um tanto banais da vida de um adolescente, como ir a uma festa ou se envolver afetivamente com alguém de sua escola, podem ser inseridas em uma dinâmica mais ampla de rivalidades violentas e homicídios retaliatórios que o jovem pode não controlar.

Tanto em Belo Horizonte como em Maceió as dinâmicas da governança criminal não se restringem a disputas pelo controle de mercados ilegais, no sentido de ganhos meramente econômicos a partir do controle de territórios. As *guerras* envolvem inclusive, e talvez principalmente, elementos de acusação, autopercepção moral e disputa por critérios de justiça e *procederes*. No caso de Maceió, embora as façções apresentem um ideal expansionista, as disputas

travadas envolvem, também, o monopólio da nomeação de um ideal de justiça, o que implica acusações aos rivais, como *lomba-errada*, *verme* ou *coisa*. Já em Belo Horizonte, uma vez que tal ideal expansionista não está dado e os grupos têm uma relação intrínseca com seus territórios, o elemento moral das disputas fica ainda mais evidente, de modo que a *guerra* como sociabilidade circula mais claramente em torno de acusações morais que justificam a manutenção dos ciclos de retaliações violentas (ROCHA, 2020).

Ao descrevermos os cálculos e as escolhas que perpassam construções, reconstruções e rompimentos de vínculos, acordos e relações em meio à *guerra*, argumentamos que a instabilidade desses contextos evidencia como a *guerra* constitui uma forma de relação central para jovens de periferias de Maceió e Belo Horizonte que transborda para fora dos grupos e atividades criminais (ROCHA, 2015). Ao transbordar, a *guerra* ou *as guerras* atravessam e são atravessadas de modo decisivo por relações e vínculos de afeto que não passam pela *gangue* ou pela *facção*, como relações de parentesco, relações amorosas e de vizinhança, amizades de infância, torcidas organizadas de times de futebol. É nesse sentido que viver em um contexto de *guerra* faz com que os múltiplos vínculos e lealdades dos indivíduos estejam sob constante cálculo, sendo rompidos, construídos e reconstruídos permanentemente.

Notas

¹ Em Maceió, o termo *quebrada* é usado para se referir aos territórios de periferia, sejam eles em bairros residenciais populares ou em regiões ainda mais estigmatizadas, como as favelas — majoritariamente aquelas localizadas na região lagunar — e as *grotas*, que, na lógica inversa das favelas cariocas, se localizam nas encostas e depressões da cidade.

² A ideia de ter um *proceder*, que passou a circular em cadeias e quebradas de Maceió com a presença das facções, se refere a repertórios morais e de justiça que incidem sobre condutas e comportamentos. Embora alguns desses ideais já circulassem como referências morais do mundo do crime no período pré-faccional, se estruturaram de forma mais incisiva e abrangente nas periferias de Maceió a partir das facções. Mais do que simplesmente regras de interdição passíveis de punição se não cumpridas, o *proceder* gera expectativas sobre a construção de reputações respeitáveis a partir da trajetória “pelo certo”.

³ Para mais detalhes sobre os efeitos desse processo sobre as curvas de homicídio, ver Feltran *et al.* (2022) nesta edição especial de **Dilemas**.

⁴ Uma série de estudos (SILVEIRA, 2007; SILVEIRA *et al.*, 2010; PEIXOTO *et al.*, 2007; CASTRO, 2014) apontam a política de prevenção à criminalidade, implementada a partir de 2002 pela então Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado (Seds) de Minas Gerais, como uma das principais causas da redução dos homicídios no estado, sobretudo em Belo Horizonte e sua região metropolitana. Com o objetivo de reduzir a violência e a criminalidade nos bairros com maiores índices de homicídios do estado, a política de prevenção à criminalidade foi estruturada ao redor de quatro programas: o Fica Vivo!, centrado nas juventudes dos bairros mais violentos do estado; a Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), que tem como objetivo monitorar e acompanhar a execução das penas alternativas; o Programa Mediação de Conflitos, que oferece orientação jurídica, ações de articulação e fomento à organização em comunidade; e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), que trabalha com indivíduos que sofreram processos de cerceamento de liberdade. Após cerca de uma década como um dos carros-chefe da política de segurança de Minas Gerais, a política de prevenção e os programas que a compõem têm sido sistematicamente sucateados, com cortes sucessivos de recursos e precarização da atuação nos territórios, tendo como consequência a perda de parte substantiva de sua legitimidade com lideranças comunitárias e demais moradores dos bairros atendidos (ROCHA, 2017).

⁵ Com a emergência, respectivamente, da Família do Norte (SIQUEIRA e PAIVA, 2019), dos Guardiões do Estado (PAIVA, 2019) e dos Bala na Cara e Antibala (CIPRIANI, 2019).

⁶ No universo das torcidas organizadas, a *pista* diz respeito aos duelos entre grupos de torcedores, em que se disputa, de maneira geral, vestimentas, faixas e bandeiras dos adversários como troféus a partir da imposição da violência física.

⁷ A Torcida Organizada Comando Vermelho (TOCV) foi fundada em 1993. No mesmo ano, uma reportagem de um telejornal alagoano chamava atenção para a controvérsia entre torcedores pela existência ou não de referência à organização carioca. Enquanto alguns torcedores se diziam insatisfeitos com a associação do clube a uma “organização criminosa”, diretores e componentes da torcida organizada alegavam que a referência se baseava na ideia de poder e nas cores do clube. Com as proibições das torcidas organizadas na década de 2010 e o crescimento da presença da organização criminal carioca em Alagoas, as polêmicas sobre o nome da torcida ressurgiram. Desde 2006, o CNPJ da torcida foi alterado e o nome passou a ser Comando Alvi-Rubro. O Ministério Público de Alagoas mantém uma ação para impedir que a torcida volte a se chamar Comando Vermelho, alegando que isso seria apologia ao crime.

⁸ Aqui, CV é um referência à torcida organizada Comando Vermelho.

⁹ Respectivamente: Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste, que se referem às subdivisões espaciais dos bairros de Maceió.

¹⁰ *Tretas* são conflitos ou disputas que podem tanto envolver questões interpessoais entre duas pessoas (e não muito mais do que isso), como assumir dimensões maiores, envolvendo *ruas e quebradas*. Normalmente, esses conflitos assumiam feições violentas, implicando cadeias de vinganças e homicídios.

¹¹ O número 1533 é utilizado como símbolo do PCC, em referência à posição ordinal das letras P e C no alfabeto — respectivamente, a 15ª e a 3ª letras.

¹² A pessoa *considerada* é aquela não necessariamente entendida como *envolvida*, como os *irmãos da facção* ou *bandidos*, mas que nutre relação de respeito com os *envolvidos*. Essa é uma posição marcada por vínculos afetivos e de amizade, mas sobretudo pelo reconhecimento de que a pessoa considerada merece respeito e, eventualmente, ajuda ou proteção, por agir de acordo com o *proceder* informado pelo mundo do crime.

¹³ *Corre* se refere à prática de atividades criminalizadas, como roubo, furto ou tráfico, mas também a outras atividades econômicas informais ou ilegais.

¹⁴ *Dar a fita* é dar uma dica, indicar as condições de colocar em prática algum roubo, furto ou outra prática lida como *corre*, ou seja, criminalizada. Em alguns contextos específicos, *fita* também pode ser a explicação sobre um acontecimento ou situação.

¹⁵ *Colar* se refere, de maneira mais ampla, ao compartilhamento cotidiano da prática de atividades legais ou ilegais, mas também de maneira mais estrita, como uma forma de descrever o processo de entrada em uma gangue ou grupo específico.

¹⁶ As *cobranças*, normalmente bastante violentas, são muitas vezes gravadas e circulam por mensagens de celular como uma espécie de aviso para que determinado comportamento não se repita. Para uma análise sobre os vídeos de cobrança em outro contexto, no estado do Maranhão, ver Jara (2021).

¹⁷ Os números 2 e 3 são tradicionalmente associados a facções criminais (CV, PCC ou TCP) nas *quebradas* brasileiras. Nesse caso específico, se referem aos loteamentos do bairro Taquaril, dividido em 14 setores em ordem de sua ocupação na década de 1980.

Referências

- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis**: Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.
- ADERALDO, Guilherme. “Linguagem audiovisual e insurgências populares: Reconstituindo uma experiência associativa entre jovens vídeo-ativistas nas periferias paulistanas”. **Illuminuras**, Porto Alegre, vol. 18, n. 44, pp. 74-101, 2017.
- BARROS, João Paulo Pereira. *et al.* “‘Pacificação’ nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza”. **Revista de Psicologia**, vol. 9, n. 1, pp. 117-128, 2018.
- BEATO FILHO, Claudio. *et al.* “Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999”. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 5, pp. 1163-1171, 2001.
- BERALDO, Ana. “Entre a vida e a morte: Normatividades, negociações e violência em uma favela de Belo Horizonte”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, pp. 27-51, 2021.
- BERALDO, Ana. **Negociando a vida e a morte**: Estado, Igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento**: Território, hierarquia e lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- CARVALHO, Ada. **Cadeias de tensão**: Repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.
- CASTRO, Talita. **Avaliação de impacto do Programa Fica Vivo!**: Sobre a taxa de homicídios em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.
- CAVALCANTI, Mariana. “Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 35-59, 2008.
- CIPRIANI, Marcelli. “Embolamento (verbete)”. *In*: PERONDI, Maurício; LAZAROTTO, Gislei; BAPTISTA DE MEDEIROS, Tanise; CARVALHO, Wesley Ferreira de (org). **Juventudes**: Entre A & Z. Porto Alegre: CirKula, 2020, pp. 153-156.
- CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. “O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites”. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, vol. 22, n. 36, pp. 135-169, 2018.
- COZZI, Eugenia. **De Ladrones a Narcos**: Violencias, delitos y búsquedas de reconocimiento en tres generaciones de jóvenes de un barrio popular de la ciudad de Rosario. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.
- CRUZ, Wilson Antônio. **Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva**: Um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

- DAS, Veena. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: Alguns temas wittgensteinianos”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 40, pp. 31-42, 1999.
- DAYRELL, Juarez. “A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, pp. 1105-1128, 2007.
- DIÓGENES, Glória. “Signos urbanos juvenis: Rotas da piXação no ciberespaço”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, vol. 22, n. 22, pp. 45-61, 2013.
- DUARTE, Thais Lemos; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves. “PCC em pauta: Narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, pp. 505-532, 2020.
- FELTRAN, Gabriel; LERO, Cecília; CIPRIANI, Marcelli; MALDONADO, Janaina; RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Luiz Eduardo Lopes; FARIAS, Nido. “Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, Edição Especial n. 4, pp. 311-348, 2022.
- FELTRAN, Gabriel. **The Entangled City: Crime as Urban Fabric in São Paulo**. Manchester University Press, 2020.
- FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**. São Paulo: Editora Unesp/CEM/Cebrap, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. “Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. **Caderno Centro de Recursos Humanos**, vol. 23, n. 58, pp. 59-73, 2010.
- GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo (coords). **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: Mercados, famílias e rede de proteção social**. São Paulo: Cebrap, 2018.
- GRILLO, Carolina Christoph. “Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 62-92, 2019.
- GRILLO, Carola Christoph. **Coisas da vida no crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. “Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil”. **Argumentum**, Vitória, vol. 12, pp. 7-21, 2020.
- GUIMARÃES, Nádia A. “Trabalho: Uma categoria-chave no imaginário juvenil?”. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, pp. 149-174.
- HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade: Mercados e formas de vida**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- JARA, Simon. **A cobrança: Os sentidos de justiça das facções do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021,
- JONES, Gareth; RODGERS, Dennis (orgs). **Youth Violence in Latin America: Gangs and Juvenile Justice in Perspective**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

- KHOMYAKOV, Maxim; DWYER, Tom; WELLER, Wivian. “Internationalization of Higher Education: Excellence or Network Building? What do BRICS Countries Need Most?”. **Sociologias**, vol. 22, pp. 120-143, 2020.
- LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, vol. 15, n. 44, pp. 43-90, 2000.
- LESSING, Benjamin. “Conceptualizing Criminal Governance”. **Perspectives on Politics**, vol. 19, n. 3, pp. 854 - 873, 2021.
- LESSING, Benjamin. “As facções cariocas em perspectiva comparativa”. **Novos estudos Cebrap**, n. 80, pp. 43-62, 2008.
- LIMA, Jacob; PIRES, Aline Suelen. “Juventudes e a nova cultura do trabalho: Considerações a partir do trabalho digital”. *In*: LEITE, Marcia; BIAVASCHI, Magda; SALAS, Carlos; LIMA, Jacob (orgs). **O trabalho em crise: Flexibilidade e precariedades**. São Carlos: EdUFSCar, 2020, pp. 105-130.
- LIMA, Carla Patrícia Serqueira. **As mulheres nas redes do tráfico de drogas em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- LYRA, Diogo. “Operários da firma: Mundo do trabalho no mundo do crime”. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 50, pp. 90-115, 2020.
- LYRA, Diogo. **A república dos meninos: Juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2013.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MALVASI, Paulo. **Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camula Nunes. **A guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.
- MEDAN, Marina. “La dependencia estatal en programas para jóvenes: ¿Estigma o factor de protección?”. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 12, n. 2, pp. 631- 642, 2014.
- MENEZES, Palloma. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: Uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MOTTA, Luana. **Fazer Estado, produzir ordem: Gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- MOTTA, Luana. “Indignação e rotinização: sobre sofrimentos e estratégias para lidar com a violência policial em uma favela pacificada”. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 51, n. 1, pp. 321-352, 2020.
- MOTTA, Luana. “O fracasso das práticas estatais como sua justificativa: Projetos de Policiais-Professores na Cidade de Deus”. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, n. 1, pp. 171-190, 2019.

- PAIVA, Luiz Fábio. “‘Aqui não tem gangue, tem facção’: As transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil”. **Caderno Centro de Recursos Humanos**, vol. 32, n. 85, pp. 165-184, 2019.
- PLAZA SCHAEFER, Valeria. “La participación política en jóvenes organizados contra la violencia policial: El caso del Colectivo de Jóvenes por Nuestros Derechos de la ciudad de Córdoba (Argentina)”. **Última Década**, n. 49, pp. 166-188, 2018.
- PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas; AZEVEDO, João Pedro. “Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte”. **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia da Anpec**, Recife, 2007.
- PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: O cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- RIBEIRO, Ludmila. *et al.* “Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: Tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais”. **O público e o privado: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará**, n. 33, pp. 213-241, 2019.
- ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. “Sobre a gramática moral do crime: A mobilização de justificativas e acusações em homicídios na Zona Leste de Belo Horizonte”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 737-757, 2020.
- ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. “A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte”. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 277-301, 2015.
- ROCHA, Rafael Lacerda Silveira; RODRIGUES, Corinne Davis. “Membership, Structure and Rivalries of Youth Gangs in Belo Horizonte, Brazil”. **Estudios Sociológicos**, vol. 38, n. 113, pp. 341-374, 2020.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Ada Rízia Barbosa da; SANTOS, Alana Barros. “Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas”. **Diversitas Journal**, vol. 5, n. 3, pp. 2297-2316, 2020.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. “‘Corro com o PCC’, ‘corro com o CV’, ‘sou do crime’: ‘Facções’, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 35, n. 102, pp. 1-21, 2020a.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus. “‘Necessidade’ de ‘polícia’ e a ‘paz’ das ‘facções’: Desejos de ‘ordem’ e efeitos de ‘desordem’ nas periferias e cadeias de Maceió, AL”. *In*: BITTENCOURT, João Batista de Menezes (org). **Juventudes contemporâneas: Desafios e expectativas em transformação**. Rio de Janeiro: Telha, 2020b, pp. 126-142.
- SAPORI, Luís Flávio. “Mercado das drogas ilícitas e homicídios no Brasil: um estudo comparativo das cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL)”. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 63, n. 4, pp. 1-36, 2020.

- SAPORI, Luís Flávio; SILVA, Braulio Figueiredo. “A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. *In: SAPORI, Luiz Felipe.; MEDEIROS, R. (orgs). Crack: Um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010, pp. 38-80.
- SILVEIRA, Andréa. Maria *et al.* “Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte”. *Revista de Saúde Pública*, vol. 44, pp. 496-502, 2010.
- SILVEIRA, Andréa Maria. **Prevenindo homicídios: Avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SIQUEIRA, Italo Barbosa; PAIVA, Luiz Fábio. “‘No Norte, tem Comando’: As maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas”. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 7, n. 17, pp. 125–154, 2019.
- SOUZA, Regina Magalhães de. “Protagonismo juvenil: O discurso da juventude sem voz”. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, vol. 1, n. 1, pp. 1-28, 2009.
- SPOSITO, Marília. “Juventude e educação: Interações entre educação escolar e a educação não-formal”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 33, n. 2, pp. 83-98, 2008.
- VIANNA, Adriana. “Tempos, dores e corpos: Considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro”. *In: BIRMAN, Patrícia. et al. Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015, pp. 405-418.
- VIANNA, Adriana.; FARIAS, Juliana. “A guerra das mães: Dor e política em situações de violência institucional”. *Cadernos Pagu*, vol. 37, pp. 79-116, 2011.
- WHYTE, Willian Foote. **Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- ZILLI, Luiz Felipe. **O bonde tá formado: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ZILLI, Luiz Felipe; BEATO FILHO, Claudio. “Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, Rio de Janeiro, Edição Especial nº 1, pp. 73-110, 2015.

LUANA MOTTA (luanadiasmotta@ufscar.br) é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, Brasil). Coordena o NaMargem: Núcleo de Pesquisas Urbanas da UFSCar. É doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFSCar, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, Brasil) e graduada em ciências sociais pela UFMG.

 <https://orcid.org/0000-0002-9758-7471>

RAFAEL ROCHA (rafael.rocha@crisp.ufmg.br) é pesquisador do Instituto Sou da Paz e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG. É doutor e mestre pelo PPGS da UFMG e graduado em ciências sociais pela mesma universidade.

 <https://orcid.org/0000-0003-3587-0906>

ADA RÍZIA (rizaada@gmail.com) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Ufal e graduada em ciências sociais pela mesma universidade. É membro do grupo Cidade e Trabalho da USP e do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (Gruppaes) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal, Maceió, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0002-5677-6700>

ADSON AMORIM (adsonthrash@gmail.com) é doutorando do PPGS/UFSCar, mestre pelo PPGS da Ufal e graduado em ciências sociais pela mesma universidade. É membro do NaMargem: Núcleo de Pesquisas Urbanas da UFSCar e do Gruppaes/Ufal.

 <https://orcid.org/0000-0002-7880-8427>

Colaboradores

LM trabalhou na análise dos dados e na elaboração final do artigo. RR trabalhou na análise dos dados e na elaboração final do artigo. AC trabalhou na análise dos dados e na elaboração final do artigo. AA trabalhou na análise dos dados e na elaboração final do artigo.

Recebido em: 01/09/2021
Aprovado em: 09/11/2021